id: 3059347

*** 3VP - DIVISAO DE PROCESSAMENTO ***

DECISÃO - NÃO REATRATAÇÃO

Divisão de Comunicação Externa e Gestão

id: 3058703

*** 3VP - DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO EXTERNA E GESTÃO ***

DECISÃO - NÃO REATRATAÇÃO

001. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - CÍVEL 0101575-39.2006.8.19.0001 Assunto: Defeito, nulidade ou anulação / Ato / Negócio Jurídico / Fatos Jurídicos / DIREITO CIVIL Ação: 0101575-39.2006.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00072161 - AGTE: John Deere Brasil Ltda ADVOGADO: DR(a). MARCELO AVANCINI NETO OAB/SP-089039 ADVOGADO: BRIGIDA MELO E CRUZ GAMA FILHO OAB/RJ-109257 ADVOGADO: JOÃO LUÍS AGUIAR DE MEDEIROS OAB/RJ-060298 AGDO: Sab Trading Comercial Exportadora S a ADVOGADO: PAULO SERGIO UCHÔA FAGUNDES FERRAZ DE CAMARGO OAB/SP-180623 DECISÃO: ... Em obediência ao que reza o art. 1042, § 4º, do CPC em vigor, não vejo motivos para alterar a decisão agravada. O recurso não apresenta outros fundamentos senão aqueles que foram devidamente apreciados. Por essa razão, mantenho a decisão agravada. Encaminhe-se ao STJ, com as homenagens de estilo. Publique-se.

id: 3058722

*** 3VP - DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO EXTERNA E GESTÃO ***

DECISÃO - NÃO REATRATAÇÃO

001. RECURSO EXTRAORDINÁRIO - CÍVEL 0009682-57.2015.8.19.0063 Assunto: Indenização Por Dano Material - Outros / Indenização por Dano Material / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Ação: 0009682-57.2015.8.19.0063 Protocolo: 3204/2016.00634208 - RECTE: LARISSA GOUVÊA PAIXÃO DEF.PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RECORRIDO: VIAÇÃO COMETA S.A. ADVOGADO: JULIANA COSTA ABREU OAB/RJ-118257 Funciona: Defensoria Pública DECISÃO: ... Em obediência ao que reza o artigo 1042, §4º, do CPC em vigor, não vejo motivos para alterar a decisão agravada. O recurso não apresenta outros fundamentos senão aqueles que foram devidamente apreciados. Por essa razão, mantenho a decisão agravada. Encaminhe-se ao STJ com as homenagens de estilo. Publique-se.

id: 3058732

*** 3VP - DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO EXTERNA E GESTÃO ***

DECISÃO

001. RECURSO ESPECIAL - CIVEL 0199204-08.2009.8.19.0001 Origem: TRIBUNAL DE JUSTICA Ação: 0199204-08.2009.8.19.0001 Protocolo: 3204/2011.00213993 - RECTE: FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RIOPREVIDENCIA PROC. EST.: MAURICIO GOMES VIEIRA RECDO: VERA LUCIA DA SILVA PROVENZANO ADVOGADO: LEILA DO NASCIMENTO SANTOS OAB/RJ-042555 Funciona: Ministério Público DECISÃO: Recurso Especial e Agravo em Recurso Extraordinário nº 0199204-08.2009.8.19.0001 Recorrente/Agravante: Fundo Único de Previdência Social do Rio de Janeiro - Rioprevidência. Recorrida/Agravada: Vera Lúcia da Silva Provenzano. DECISÃO Trata-se de recurso especial tempestivo, com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto em face de acórdão assim ementado: "Apelação Cível. Pleito de concessão de benefício previdenciário. Legalidade do pagamento do pecúlio post mortem. Óbito ocorrido durante a vigência da Lei nº 285/79. Direito adquirido da autora, não podendo ser atingido pela vedação contida na Lei Federal nº 9717/98. Isenção do pagamento da taxa judiciária, nos termos da Lei 3.350/99. Juros de mora, na forma do artigo 1º-F da Lei nº 9494/97. Honorários corretamente aplicados, na forma do artigo 20, § 4º do CPC. Recurso parcialmente provido para aplicar-se, quanto aos juros de mora, o disposto no artigo 1º-F da Lei 9.494/97, bem como para isentar a autarquia do pagamento da taxa judiciária, mantendo-se a sentença nos demais termos, inclusive em sede de reexame necessário." (fls. 112) Inconformado, alega o recorrente violação ao artigo 5º da Lei nº 9.717/98, que impede, expressamente, o pagamento pelos sistemas previdenciários de cada entidade da Federação de benefício distinto daqueles previstos no regime geral da previdência social, e ao artigo 535, II, do Código de Processo Civil. Aduz, ainda, que há dissídio jurisprudencial a respeito da questão (fls. 150/161). As contrarrazões foram apresentadas às fls. 176/180. Manifestação do Ministério Público às fls. 185/189. Decisão desta Terceira Vice-Presidência determinou o sobrestamento do recurso especial, entendendo aplicável à espécie a Controvérsia 20 do STJ (GR 01), bem como inadmitiu o recurso extraordinário. (fls. 191/197). Foi interposto agravo em face da decisão de inadmissão do recurso extraordinário (fls. 199/211), contrarrazões apresentadas as fls. 214/217. Certidão de fls. 218 informando o cancelamento da Controvérsia 20 do STJ (GR 01), que ensejou o sobrestamento do recurso especial. É o relatório. Decido. Trata-se de ação em que a recorrida pretende receber verbas relativas ao pecúlio post mortem da ex-servidora, cujo óbito ocorreu em 28/12/2006. A questão jurídica para a qual se pretende o pronunciamento do Tribunal superior está prequestionada e não exige o revolvimento de matéria fática, o que autoriza a admissão do recurso interposto. No mais, em sede de exame de admissibilidade, o acórdão